



ARQUIVO DOS ARTIGOS DO SITE DA ABPE

PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CULTURAIS DA MORTE

Franklin Santana Santos

SANTOS, Franklin Santana & INCONTRI, Dora. (Org.) *A Arte de Morrer: Visões Plurais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Comenius, 2009.

Perspectivas Histórico-Culturais da Morte

Franklin Santana Santos

Médico, doutor em Medicina pela USP, pós-doutor em Psicogeriatría pelo Instituto Karolinska-Suécia, Coordenador do Curso de Tanatologia-Educação para a Morte da Disciplina de Emergências Clínicas da Fac. Medicina da USP e Prof. da Disciplina de Tanatologia-Educação para a Morte na Pós-Graduação da FMUSP.

“É impossível conhecer o homem sem lhe estudar a morte, porque, talvez mais do que na vida, é na morte que o homem se revela. É nas suas atitudes e crenças perante a morte que o homem exprime o que a vida tem de mais fundamental.”

Edgar Morin

Introdução

O historiador David Stannard nos ensina que em sociedades nas quais o indivíduo é único, importante e irreplicável, a morte não é ignorada, mas é marcada por uma espécie de luto coletivo pela perda social de um de seus membros. Ao contrário, nas sociedades onde as pessoas sentem que pouco dano é causado no tecido social pela perda de um indivíduo, perda essa ocorrida fora do seu círculo imediato, a morte recebe pouca ou nenhuma atenção. O primeiro passo para obter atenção sobre a morte é reconhecer que evitando-a ou negando-a estamos caminhando para a negação de um aspecto integral da vida humana.

O estudo da morte, pois, diz respeito a questões que estão enraizadas no centro da vida humana. Logo, a pessoa que deseja aumentar o seu conhecimento sobre a morte e o morrer está embarcando em uma exploração que nada mais é do que uma viagem à descoberta de si mesma. Pois que o estudo da morte nos leva a uma jornada ao interior do eu e para se conhecer a si mesmo só é possível fazê-lo de maneira interdisciplinar. As contribuições da medicina, das ciências humanas e das ciências sociais se fazem necessárias para analisar a ciência da morte. De todas as experiências humanas, nenhuma é mais importante nas suas implicações do que a morte. A morte mexe com a questão mais fundamental, mais intrigante, mais desafiadora e que mais inquieta a humanidade, a da sobrevivência pós-morte, desde que descemos das árvores nas savanas africanas há mais de dois milhões de anos. Até hoje não se chegou a um consenso nem das religiões, nem dos sistemas filosóficos, nem das ciências a respeito do que é a morte e se sobrevivemos ou não a ela. Ainda hoje, para a maioria de nós, a morte permanece uma

figura sombria cuja presença é só levemente percebida. Nós tendemos a relegá-la à periferia de nossas vidas, acreditando que se ela for colocada fora da nossa vista, também o será da nossa mente. Hoje mais do que nenhuma época da história da humanidade gostaríamos se não de esquecê-la ou negá-la, pelo menos controlá-la através dos avanços que as ciências biológicas conseguiram nos últimos dois séculos. Muitos de nós temos mesmo a esperança de que com o avanço das técnicas de clonagem, um dia, num futuro não muito distante poderemos reviver através dessas mesmas técnicas que poderão nos fornecer um novo corpo e uma nova mente, tirando-nos de um estado letárgico, no qual não desejaríamos ter entrado.

Negamos a morte de todas as maneiras possíveis e imagináveis, mesmo que absorvidos obsessivamente pelos seus mistérios. No entanto, a morte insiste em fazer parte do nosso dia-a-dia. Ela invade a nossa vida através do rádio, dos jornais e do noticiário da televisão, quando não é a guerra que chega ao nosso país, vemos a morte ceifar vidas das formas mais variadas, através da fome em escala continental na África, das epidemias da gripe aviária, da catástrofe do Tsunami, das violências das grandes metrópoles, dos acidentes automobilísticos e se não bastasse tudo isso, convivemos com a possibilidade da extinção global, seja através dos desgastes dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, bem como pela presença das armas de destruição em massa como os arsenais atômicos das grandes potências. Parece uma ironia do processo evolutivo que quanto mais tentamos negar a morte, mais ela nos aparece, como a nos desafiar e a nos dizer, como a esfinge tebana da mitologia grega: Decifra-me ou devoro-te!

Ariès, um dos maiores historiadores sobre a questão, nos aconselha sabiamente ao nos convidar para um estudo da morte.

“Não é fácil lidar com a morte, mas ela espera por todos nós... Deixar de pensar na morte não a retarda ou evita. Pensar na morte pode nos ajudar a aceitá-la e a perceber que ela é uma experiência tão importante e valiosa quanto qualquer outra.” (ARIÈS, 2003:20)

E é isso que pretendemos fazer nessa pequena reflexão sobre a morte e o morrer. Gostaríamos de, com as pequenas observações levantadas através desse estudo, possibilitar uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre a questão e despertar o interesse seja do pesquisador brasileiro e conseqüentemente do meio acadêmico ou do público leigo sobre um assunto que não pode ser relegado a segundo plano, devendo de agora em diante estar presente de maneira contínua nos bancos das universidades brasileiras.

A morte na Pré-História e na Idade Antiga

Morrer é mais do que um evento biológico; tem uma dimensão religiosa, social, filosófica, antropológica, espiritual e pedagógica. Questões sobre o significado da morte e o que acontece quando nós morremos são preocupações centrais para as pessoas em todas as culturas e as têm sido desde tempos imemoriais. A preocupação humana com relação à morte antecede ao período da história escrita.

Arqueólogos encontraram evidências de tributo aos mortos com flores em locais de enterro datados da idade de bronze. (DeSpelder, 2002:42) Em locais de enterro, ainda

mais antigos, como da época dos Neandertais, que começaram a habitar a Europa há aproximadamente 150.000 anos, aparecem ornamentos de concha, implementos de pedra e comida, enterrados junto com o morto, implicando em uma crença que tais itens seriam úteis na passagem da terra dos vivos para a terra dos mortos. Em muitos desses locais de enterro, o corpo está pintado com vermelho ocre e colocado em uma postura fetal, sugerindo idéias sobre revitalização do corpo e renascimento. (DeSpelder, 2002:42)

Em culturas tradicionais, a morte é tipicamente vista não como um fim, mas como uma mudança de status, uma transição da terra dos vivos para o mundo dos mortos. Edgar Morin (1976:103) nos relata qual era o fundo do pensamento do homem primitivo com relação ao conceito de morte:

“Nas consciências arcaicas em que as experiências elementares do mundo são as das metamorfoses, das desapareições e das reaparições, das transmutações, toda morte anuncia um renascimento, todo nascimento provém de uma morte - e o ciclo da vida humana inscreve-se nos ciclos naturais de morte-renascimento. O conceito cosmomórfico primitivo da morte é o da morte-renascimento, para o qual o morto humano, imediatamente a seguir ou mais tarde, renasce num novo vivo, criança ou animal.”

Para as pessoas vivendo em sociedades antigas ou atuais, a origem da morte é explicada através de histórias ou mitos. Todas as sociedades desenvolveram um ou mais sistemas fúnebres pelos quais podiam entender a morte em seus aspectos pessoais e sociais.

Os egípcios da Antiguidade desenvolveram um sistema bastante explícito e detalhado. Pirâmides, tumbas, múmias, objetos mortuários, escritos funerários e o *Livro dos Mortos*, todos testemunham um otimismo fundamental perante a morte. A morte era uma questão central na cultura egípcia. Seu *Livro dos Mortos*, à semelhança de seu equivalente tibetano, traçava as linhas mestras de um amplo sistema mortuário, embora quase sempre sob a forma de prescrições para as práticas fúnebres. Esse sistema ensinava – ou pelo menos destinava-se a ensinar – uma abordagem relativamente integrada que permitiria aos membros individuais pensar, sentir e agir em relação à morte de maneira considerada apropriada e eficiente (Kastenbaum, 1983:152). A preocupação com a morte se refletia na arte, na religião e nas ciências dessa cultura.

A idéia da transcendência está contida nos seus mitos como o da renascença do deus Osíris, que foi morto por Seti e seu corpo retalhado, e que retorna à vida através dos poderes da deusa Ísis que reúne as partes dispersas do seu corpo. Mas, ao mesmo tempo em que é facultada a alma o acesso à imortalidade, dando a esperança da continuidade, essa mesma imortalidade dependia da observância de determinadas regras instituídas pela casta sacerdotal, que de certa forma passa a intermediar esse acesso. No momento da morte, a alma era levada à presença de um tribunal na presença dos deuses, Tot, Anúbis e Osíris, e lá suas ações eram contabilizadas através da balança da deusa da justiça, onde o coração do morto seria pesado, tendo como contrapeso a pena de uma ave. Os egípcios acreditavam que este órgão continha todas as virtudes e vícios da alma. As almas generosas teriam, naturalmente, um coração leve e a alma dos maus seriam pesadas e se fossem condenadas, acabariam devoradas pelo deus monstro e não poderiam renascer.

Observamos com isso que a morte, antes considerada um fenômeno natural e aceita sem apreensões e medos, passará a ser temida devido à sua associação com prováveis penalidades que o morto teria que arcar após o seu transpasse e conseqüente julgamento. Como visto, os egípcios davam grande importância à sobrevivência do corpo. Na morte, acreditava-se que o *ka* (a personalidade espiritual ou um duplo do corpo terreno) e o *ba* (a alma verdadeira, que era representada como um pássaro com cabeça humana) partiam. Mais tarde, o corpo necessitaria do *ka*. Os egípcios pensavam que deveriam preservar o corpo para que os espíritos dos mortos pudessem habitá-los novamente no futuro. (Kramer, 1988:106). Claramente, o fato mais significativo sobre as atitudes dos egípcios em relação à morte é a ênfase na questão do julgamento.

Esse será o primeiro tipo de medo que se desenvolverá com relação à morte, ou seja, o medo da pós-vida e que está associado psicologicamente com o medo de castigo e rejeição quando relacionado com a própria morte ou o medo da retaliação e/ou perda de relacionamento quando associado com a morte de outros. Posteriormente, no decorrer do desenvolvimento da civilização ocidental, surgirão outros tipos de medos, tais como os que Kastenbaum (1983:46) vai denominar de medo da extinção, exemplificado, primariamente, através do medo básico da morte ou destruição do ego.

A mitologia grega também nos legou ensinamentos sobre a preocupação com a morte através dos escritos de Esopo sobre Eros e Psique, Hipnos e Tanatos, representando, respectivamente, o amor e a alma, o sono (uma espécie de morte) e a morte. Além disso, os gregos idealizaram uma região além-túmulo, denominada Hades, local onde habitavam os mortos e que se conseguia chegar através de Caronte, o barqueiro encarregado de levar a alma dos mortos ao seu destino. Caronte cobrava pelos seus serviços e por isso observamos o costume de enterrar os mortos, naquela cultura, com uma moeda na boca.

Entretanto, qualquer discussão das atitudes gregas em relação à morte nos leva inevitavelmente ao filósofo Sócrates. Apesar de ele mesmo nunca ter escrito nada, seu brilhante discípulo Platão (427-347 A.C) nos fornece através do *Fédon*, as últimas palavras de Sócrates, bem como suas conversações a respeito da morte e do morrer.

Sócrates ensinou que o propósito da filosofia era descobrir o significado da vida em relação à morte e entender a natureza da alma e que o filósofo verdadeiro era o que praticava a arte do morrer o tempo inteiro. A arte de morrer, de acordo com as argumentações de Sócrates, nada mais era que aceitar a morte como a separação da alma (a qual continua a existir) do corpo (o qual cessa de existir). De uma maneira breve, o pensamento socrático pode ser resumido assim:

A alma eterna é a única realidade substancial, que é incorruptível.

O corpo é um instrumento da alma e eles estão em posição dualística em relação um ao outro.

A alma é essência eterna e portanto não está sujeita à morte.

A alma está encerrada dentro do corpo.

A morte libera a alma de volta ao seu lar de origem.

A alma, após a morte, migra através de várias vidas.

A alma, quando purificada e livre de imperfeições, é livre para se associar com os deuses.

Para Sócrates, o medo da morte devia-se ao fato de que ninguém saberia exatamente o que aconteceria no momento da morte. Entretanto, desde que a pessoa não tivesse mais dúvida do que realmente acontece no momento da morte, este medo ficaria sem fundamento ou razão de ser.

“Sem a convicção de que vou me encontrar primeiramente junto de outros deuses, sábios, e bons, e depois de homens mortos que valem mais do que os daqui, eu cometeria um grande erro não me irritando contra a morte.”(PLATÃO,2004:25)

Para Sócrates, portanto, não havia nada trágico sobre a morte e as pessoas deveriam morrer em uma atitude de reverência, agradecimento e paz, com paciência e aceitação.

Temos, também, na Idade Antiga a história da transgressão de Adão e Eva no jardim do Paraíso como origem da morte e que persiste, até hoje, nas tradições religiosas do Judaísmo, Islamismo e Cristianismo. O casal ao praticar um ato de desobediência à divindade é punido por esse ato de rebeldia e transgressão às Leis Divinas, ou seja, morremos como uma forma de punição.

Observamos dessa forma que a naturalidade da morte e a idéia da imortalidade começam a sofrer a influência das religiões, que vão impregnar as idéias do imaginário popular com sugestões de punição e sofrimento pós-morte e mesmo a perda da imortalidade.

A morte e o morrer na Idade Média

Começando no início da Idade Média, por volta do ano 400, e continuando por mais de 1.000 anos, as pessoas, vivendo na cultura da Europa Ocidental, compartilharam uma visão do universo como uma ligação entre o natural e a Lei Divina. Os ensinamentos da Igreja influenciaram consideravelmente as maneiras pelas quais as pessoas morriam e tinham esperança para a vida após a morte. Este período tem sido caracterizado pelo historiador francês Phillipe Ariès como a da ‘morte domada’. No seu entendimento, a morte domada caracteriza-se assim:

“A atitude antiga em que a morte é ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada, opõe-se demasiado à nossa onde faz tanto medo que já não ousamos pronunciar o seu nome. É por isso que, quando chamamos a esta morte familiar a morte domada, não entendemos por isso que antigamente era selvagem e que foi em seguida domesticada. Queremos dizer, pelo contrário, que hoje se tornou selvagem quando outrora não era. A morte mais antiga era domada.” (ARIÈS, 2000:40)

Os doentes sabiam quando iam morrer, pois não havia hospitais e, naquela época, apesar dos conhecimentos precários das ciências médicas, se tinha algum conhecimento sobre determinados processos mórbidos. O doente, então, ao pressentir uma doença incurável, chamava os parentes, os amigos íntimos, os conhecidos da vila para o ritual da despedida. As crianças participavam desse processo, tanto que todas as pinturas sobre a morte na Idade Média costumam retratá-las ao lado dos moribundos. Achava-se que

no leito de morte existia o Livro da Vida, onde todos os atos praticados seriam contabilizados e que de um lado da cabeceira do leito, encontrava-se o anjo da guarda e do outro, o diabo. O fim da vida não era considerado sinônimo de morte física; mais do que isto, a morte era vista como um sono e cabia à Igreja assegurar a ressurreição no retorno apocalíptico de Cristo.

Entretanto desde a ascensão da Igreja e sua institucionalização, com o Concílio de Nicéia convocado por Constantino, começamos a ver a introdução da idéia do julgamento que passa a ocorrer não mais nos finais dos tempos, mas no momento da morte e ocorre também, nesse período, a personificação da morte cuja representação foi dominante na Idade Média. A morte passa a ser representada nas descrições literárias e nas pinturas como uma figura desfigurada, pesada, de horror, com um significado de deterioração, sendo muito frequentemente, representada por um esqueleto segurando uma foice. Daí a expressão de que a morte ceifa à maneira da colheita da época, de maneira individual ou coletiva.

Doenças malignas assolavam uma sociedade que sacrificava gerações de crianças e de jovens em uma sucessão de cruzadas-aventuras que, entre outros efeitos, devem ter servido para reintroduzir a peste bubônica. Essa doença produziu um tremendo impacto sobre a concepção da morte nos europeus. Quase um 1/3 da população foi dizimada pela peste e a medicina nada podia fazer e as pessoas dependiam única e exclusivamente das bonanças das preces intercessórias da Igreja. A guerra e a peste matavam ao mesmo tempo todos os dias. Sobretudo, foi durante estes mesmos anos de sofrimento e vulnerabilidade intensificados, que a Inquisição começou a usar a tortura e a morte como instrumentos oficiais de política administrativa. O europeu do século catorze via a morte não só com seus próprios olhos, mas também pelo ângulo de visão da doutrina teológica que continuava a fermentar e a mudar através dos séculos.

Kastenbaum nos dá uma melhor idéia sobre este período quando escreve em *Psicologia da Morte*:



“O evento da morte – o momento do último suspiro – adquiria uma nova e proibitiva significação. Agora, a morte era considerada o castigo de Deus para o homem. Não basta a desdita de saber que ele morria. Para completar a estória, a morte revelava suas culpas e indignidades, na medida em que o transportava de uma crise pavorosa para a mortificação e o tormento intermináveis.” (KASTENBAUM, 1983:157)

Ainda no século XIX, apesar das luzes lançadas pelo Iluminismo em vários temas da vida cotidiana, persistiam essas impressões. Allan Kardec, pedagogo francês, analisa criticamente:

“O quadro apresentado pela religião, a esse respeito, temos de convir que não é muito sedutor nem consolador. De um lado vemos as contorções dos danados que expiam nas torturas e nas chamas sem fim os seus erros passageiros. Para eles, os séculos sucedem aos séculos sem esperança de abrandamento nem de piedade. E o que é ainda mais impiedoso, para eles o arrependimento é ineficaz.” (KARDEC, 2002:25).

E PIRES, filósofo e educador brasileiro, comenta:

“Essa impressão negativa da morte foi intencional. O objetivo era atemorizar as criaturas a fim de se portarem bem na vida. Há uma relação evidente entre essa ameaça da morte e as ameaças de castigo nas escolas, para garantir o bom comportamento dos alunos”. (PIRES in KARDEC, 2002:27)

Transformações na vida cultural e intelectual foram acompanhadas por mudanças na maneira como as pessoas se relacionavam com a morte. A sabedoria popular foi desafiada por idéias competitivas no campo da religião, nas descobertas revolucionárias de cientistas e exploradores. Respostas tradicionais acerca da forma do cosmos e o lugar dos seres humanos nele ainda eram baseadas na autoridade da Igreja. Entretanto, essas noções derivadas dos primeiros séculos começaram a ser questionadas por pessoas que passaram a se sentirem mais ambivalentes sobre a morte e a pós-vida. A revolução científica ocorrida nos séculos XV e XVI desafiaria as noções tradicionais de autoridade e estabeleceria uma idade do Iluminismo no século XVIII, com uma ênfase na razão e no intelecto. A morte não era mais algo a ser contemplada ou lidada somente no âmbito do sagrado. Ela se torna um evento que poderia ser manipulado e moldado pelos seres humanos. Com o declínio da visão religiosa e a ascensão do modelo científico no final do século XVIII e todo o século XIX, começamos a observar a introdução de uma nova forma de morte e morrer que não só perpetuará, como aumentará o medo da morte.

O início da medicalização da morte

A Europa, do final do século XVIII e início do século XIX, acompanhava e via com deslumbre, as primeiras conquistas da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra por volta de 1750. Dentre esses progressos realizados, destacam-se: a ascensão de uma poderosa classe burguesa e seus novos valores sócio-econômicos e morais, as medidas mais eficientes, higiênico-sanitárias e de saúde pública e a construção de grandes hospi-

tais, equipados com nova tecnologia desenvolvida pela pesquisas na área médica. Essas conquistas repercutirão dramaticamente na maneira de ver e tratar a morte no Ocidente, tornando-a cada vez mais distante, impessoal e destituída de sentido.

Do ponto de vista filosófico, surgem igualmente nesse mesmo período, três correntes filosóficas que influenciarão consideravelmente as percepções e atitudes do mundo ocidental perante o corpo, a idéia de alma e da sobrevivência da última à morte.

Analisemos primeiro, o contexto do ponto de vista no que concerne a sua parte social, histórica e médica.

Ariès em seu livro intitulado *O homem perante a morte* nos dá uma panorâmica sobre esse período:

“Um tipo absolutamente novo de morrer apareceu durante o século XX, em algumas das zonas mais industrializadas, mais urbanizadas, mais tecnicamente avançadas, do mundo ocidental... Dois traços saltam aos olhos do observador menos atento: a sua novidade, evidentemente, a sua oposição a tudo o que precedeu, de que é a imagem revertida, o negativo: a sociedade expulsou a morte, exceto a dos homens de Estado. Nada avisa já na cidade que se passou qualquer coisa... A sociedade deixa de fazer pausas: o desaparecimento de um indivíduo já não afeta a sua continuidade. Tudo se passa na cidade como se já ninguém morresse.” (ARIÈS, 2000:310)

Essas mudanças afetarão não só a sociedade como um todo, mas e principalmente a relação entre o moribundo e o seu ambiente. O indivíduo perde o controle e o poder sobre o seu morrer e é obrigado a se colocar na dependência do ambiente. Observamos um pacto ora de omissão, ora de silêncio entre as diversas classes de pessoas (médicos, padres, cientistas e funcionários burocráticos). Todos são, portanto, cúmplices de uma mentira que começa então, e que, ao estender-se em seguida, vai empurrar a morte para a clandestinidade (Ariès, 2000).

A morte não se passa mais à maneira antiga, com suavidade, na presença dos entes queridos à beira do leito de morte, e com a naturalidade que deveria ter. Antes domada, passa à condição de selvageria segundo as definições do historiador francês Ariès e é ele quem, novamente, nos relata sobre esse início da medicalização da morte:

“O quarto do moribundo passou da casa para o hospital. Devido às causas técnicas médicas, esta transferência foi aceita pelas famílias, estendida e facilitada pela sua cumplicidade. O hospital é a partir de então o único lugar onde a morte pode escapar seguramente à publicidade – ou àquilo que resta – a partir de então considerada como uma inconveniência mórbida. É por isso que se torna o lugar da morte solitária.” (ARIÈS, 2000:322)

O hospital não é, portanto, já apenas um lugar onde se cura e onde se morre por causa de um fracasso terapêutico, é o lugar da morte natural, prevista e aceita pelo pessoal médico. Como consequência dessa medicalização da morte, o moribundo não tem mais, nem mesmo, hora para morrer.

O tempo da morte alongou-se à vontade do médico: este não pode suprimir a morte, mas pode regular a sua duração.

A partir de então, e sem que sempre o confesse, o hospital passa a oferecer às famílias o asilo onde conseguiriam esconder o doente inconveniente, que nem o mundo nem

elas mesmas podiam já suportar, descarregando sobre outros, com toda a boa consciência, uma assistência aliás desajeitada, a fim de continuarem uma vida normal. A morte já não pertence nem ao moribundo – primeiro irresponsável, depois inconsciente – nem à família, persuadida de sua incapacidade. É regulada e organizada por uma burocracia, cuja competência não pode impedir de tratar a morte como coisa sua, uma coisa que a deve perturbar o menos possível, no interesse geral. A morte deixou de ser admitida como um fenômeno natural necessário. É um fracasso, um *business lost*. A morte está agora definitivamente associada não só com o medo, mais a tudo ao que é ruim. É uma antítese a todos os valores de uma sociedade. Ariès expressa bem essa visão:

“A morte já não mete medo apenas por causa de sua negatividade absoluta, revolve o coração, como qualquer espetáculo nauseabundo. Torna-se inconveniente, como os atos biológicos do homem, as secreções do corpo. É indecente torná-la pública. Já não se tolera seja quem for entrar num quarto que cheira a urina, a suor, a gangrena, onde os lençóis estão sujos. É preciso proibir-lhe o acesso, exceto alguns íntimos, capazes de vencer, a sua repugnância, e aos indispensáveis doadores de cuidados. Uma nova imagem da morte está em vias de se formar: a morte feia e escondida e escondida porque é feia e suja.” (ARIÈS, 2000:320)

Excluída do saber médico, exceto em casos de medicina legal, considerada como um fracasso provisório da ciência, a morte não fora estudada por ela mesma; tinham-na afastado como um tema de filosofia que não dependia da ciência. As recentes investigações tentam dar-lhe uma realidade, introduzi-la nos estudos médicos, donde desaparecera desde o final do século XIX.

É a dignidade da morte que está em causa. Esta dignidade exige em primeiro lugar que seja reconhecida, já não apenas como um estado real, mas como um acontecimento essencial, um acontecimento que não é permitido escamotear.

Atitudes científicas, psicológicas, filosóficas ante a morte

Assistimos no final do século XIX e início do século XX uma série de tentativas em esclarecer o fenômeno da morte, mas ao tentar desvendá-la ou entendê-la, veremos que muitas dessas teorias vão na realidade torná-la mais enigmática do que antes, aprofundando mais ainda a sua negação e o sentimento de medo. Analisaremos nesse pequeno ensaio aquelas que consideramos como sendo as mais influentes sobre o pensamento contemporâneo da morte.

Sigmund Freud, considerado o pai da psicanálise, fez algumas reflexões sobre a morte e criou algumas teorias sobre a morte e o morrer. Diante das dificuldades que ele estava encontrando para sustentar a afirmação fundamental da psicanálise de que o homem é um animal voltado unicamente para o prazer, ele cria uma nova teoria: a teoria do ‘instinto de morte’. Ele sustentava, nessa teoria, haver um impulso interior para a morte (Tânatos) assim como para a vida (Eros); e por conseguinte, podia explicar a violenta agressão humana, o ódio e o mal de uma forma nova, se bem que ainda biológica: a agressividade humana provém da fusão do instinto da vida com o da morte. A nova idéia de Freud sobre o ‘instinto de morte’ foi um artifício que lhe permitiu manter

intacta sua teoria anterior dos instintos atribuindo o mal humano agora a um substrato orgânico mais profundo do que o mero conflito do ego com o sexo. Este 'novo' instinto representa o desejo de morrer do organismo, mas o organismo pode salvar-se de seu próprio impulso para a morte dirigindo-o para fora. O desejo de morrer, então, é substituído pelo desejo de matar, e o homem derrota seu próprio instinto de morte ao matar outros. Ele não precisava dizer que a morte era reprimida se o organismo a levava naturalmente em seus processos. Dessa forma, vemos que Freud descartou-se do 'problema da morte' e transformou-o em um puro 'instinto da morte'. (BECKER, s/d:120)

Retomando a discussão com relação as correntes filosóficas que influenciaram nossa maneira de ver e encarar a morte, observamos como já havíamos dito, que três correntes vão ditar as regras com relação a essa temática nos séculos XIX, XX e XXI: O positivismo, o nihilismo e o existencialismo.

“O positivismo, inaugurado por Augusto Comte, introduz uma postura onde todos os que estão envolvidos com a ciência limitam-se unicamente à experiência... Positivo é aquilo que é real, que pode ser provado com o microscópio ou com o telescópio, enfim cientificamente. Ciência torna-se uma palavra mágica; é o novo mito que sobrevive até hoje no culto dos valores materiais, visíveis, tangíveis, com descaso e até com desprezo pelos valores invisíveis e intangíveis.” (BUSSOLA, 2000:54)

Como se pode constatar, o positivismo em clima de revanchismo com a teologia que havia dominado e ditado as regras na questão da morte e do morrer durante quase toda a história da humanidade, cai no extremismo oposto, prendendo a concepção de morte ao domínio exclusivo do material ou do fenômeno biológico. Não há possibilidade de sobrevivência pós-morte ou transcendência. Nem mesmo a introdução de uma religião (a religião positivista é o culto à humanidade) conseguiu espiritualizar ou elevar o homem. E nem o poderia, pois que lhe tira o que constitui a sua essência: o espírito, ou seja, a sua possibilidade de vida espiritual. Com isso, ocorre uma perda de sentido da vida e o esvaziamento do ser, que terá como conseqüências o hedonismo e a negação da morte.

O positivismo é a corrente filosófica que mais influenciou e continua a influenciar as ciências, particularmente na área biológica. Na visão positivista, o ser humano é fruto do acaso, constituído meramente de um agregado de átomos e moléculas que obedecem a um código organizador: o DNA. A morte, pois, escapa às suas análises e não faz parte dos seus objetos de estudo e quando o faz, fá-lo como um fenômeno, não suscitando qualquer pensamento filosófico. Entretanto, hoje que a medicina evoluiu, estamos nos deparando com as experiências de quase morte e outros fenômenos, os quais vêm desafiando esse modelo mecanicista ao apresentar anomalias que não são explicadas pelo modelo vigente.

Nietzsche, filósofo niilista e autor da célebre frase de que Deus está morto faz uma crítica severa não só aos sistemas religiosos, mas também à ciência positivista. Em Nietzsche vemos um desprezo pelos ditos pregadores da morte, chamando-os de tísicos da alma. “Faço-vos o elogio da minha morte, da morte voluntária que me atinge porque quero.” (Nietzsche apud Morin, 1988:274)

Introduz o ceticismo e o relativismo, onde não existem valores morais, ética e a possibilidade de se atingir a verdade. No nihilismo temos a morte que corrói o seu próprio conceito, corrói então os outros conceitos, mina os pontos de apoio do intelecto, derruba as verdades, niiliza a consciência. Corrói a própria vida, pois em um mundo onde tudo é relativo, até mesmo o conceito de vida se relativiza.

Entretanto, acreditamos que a corrente filosófica que atualmente mais impregna o conceito de morte na Academia, bem como a educação para a morte é o existencialismo. Essa corrente filosófica tentará, no seu esforço mais notável, manter-se na angústia, a fim de procurar nela a verdade da vida e da morte. Assim, a angústia, e por consequência a própria morte, é o fundamento mais certo da individualidade.

Efetivamente, a angústia é um denominador comum nas filosofias de Kierkegaard, Heidegger e Sartre. Kierkegaard desvia-a para a salvação, Sartre orienta-a para a liberdade e Heidegger amarra-a à morte.

Os dois maiores expoentes dessa corrente são Martin Heidegger e Jean Paul Sartre. Correntemente, pensa-se a morte como o fim da duração do ser no fluxo ininterrupto do tempo. Assim, a morte seria a destruição do ser, seu aniquilamento. Lobo (2003) sintetiza a visão de Heidegger sobre a morte:

“Em Heidegger, a morte apresenta-se com um pensamento difícilíssimo devido ao seu caráter ininteligível, desconhecido mesmo, referente ao de fora do qual a morte provém, referente ao fator estrangeiro que se apresenta na mortalidade do ente humano, transcendente e estranho. Entretanto, para Heidegger, o que está em jogo na morte é seu caráter ontológico e, mais ainda, a propriedade do ser mortal. É a partir da morte do outro, que vejo como fenômeno empírico (a morte primeira) a minha possibilidade como mortal me surge, me assusta e me assombra, a mim mesmo, ao que há de mais próprio em mim. É no momento de minha morte que eu posso ser mais eu... Para Heidegger, falta justamente seu modo próprio de ser, falta a ele ser o que ele deve vir a ser, ou seja, falta a ele (sujeito) sua finalidade mesma, seu encerramento como ser, a completude, por conseguinte, de sua tarefa de ser-no-mundo – que nada mais é que ser-para-a-morte.”

No existencialismo, a morte representa, pois, a última experiência, que dará completude ao indivíduo e é por isso que para o existencialismo o ser se completa na morte, pois que após a morte só existe o nada.

“O Ser autêntico para a morte, isto é, a finitude da temporalidade, é o fundamento oculto da historicidade do homem.” (HEIDEGGER apud MORIN, 1988:277)

Heidegger procura eliminar tudo o que se funda fora da morte e Sartre procura eliminar tudo o que se baseia na morte. Sartre despe a morte dos seus atributos heideggerianos. Arranca-lhe o seu caráter insubstituível e o monopólio da idéia de finitude. “Assim, a morte nunca é o que dá sentido à vida; pelo contrário, é o que lhe tira todo o significado.” E mais:

“Se devemos morrer, a nossa vida não tem sentido, pois os seus problemas não recebem nenhuma solução e o próprio significado dos problemas permanece indeterminado.” (SARTRE apud MORIN, 1988: 280)

No meio deste absurdo geral, “toda existência nasce sem razão, prolonga-se por fraqueza e morre por acaso.” (SARTRE apud MORIN, 1988:281)

E a pergunta que nos cabe agora neste momento histórico que vivenciamos é: como dar dignidade e acabar com o medo da morte com os modelos religiosos, filosóficos e científicos que a Civilização Ocidental adotou sobre o homem? Para recuperarmos essa dignidade não só da morte e do morrer, mas, sobretudo, em relação ao ser enquanto humano, é preciso resgatar as posições religiosas e filosóficas, antes carentes do apoio das demonstrações experimentais da ciência, mas agora, em parte, disponíveis. É preciso uma religação do saber, integrando a filosofia, a ciência, a religião, a pedagogia e as artes.

Morin (1976:180) conjectura sobre o embate entre as correntes nadificantes e as correntes espiritualizantes.

“Mas coisa deveras notável, nunca, nas civilizações evoluídas, uma dessas concepções da morte triunfou por completo. Também em parte alguma a perseguição destruiu para sempre os germes da religião filosófica e do ateísmo, assim como também em parte alguma o ateísmo destruiu a religião de salvação. E isto porque cada uma dessas concepções corresponde a uma necessidade fundamental do indivíduo humano e porque a contradição fundamental do indivíduo, entre a morte que a sua ‘alma’ e o seu ser recusam e a imortalidade que a sua inteligência repudia, não está resolvida.”

Será possível encarar a hipótese da sua resolução? É o que discutiremos adiante.

Sobrevivemos à morte? O desafio final

Ao fazermos um retrospecto sobre as maneiras como a humanidade tem lidado com esse tema, somos tomados de assalto por várias dúvidas e perguntas aparentemente sem respostas ao longo da História. O que diremos sobre os entendimentos religiosos tradicionais? Os relatos de milhares de testemunhos de sobrevivência após a morte? São eles e outras vivências, como as de quase morte, meras fantasias de projeções psicológicas, de auto-satisfação ou afirmação do ego ou pura e simplesmente o resultado de reações neurobioquímicas? Essas teorias conseguem dar conta de todos os fatos e de todas as anomalias? Os vários conceitos de vida pós-morte têm alguma base na realidade?

Se pudéssemos sintetizá-las em uma análise final, então, com que idéia trabalharíamos: A morte é um muro ou uma porta? Responder essa pergunta é essencial para a humanidade. A depender da resposta que encontrarmos, poderemos modificar por completo a nossa visão do cosmos e de nós mesmos, bem como as implicações ético-científicas que esta descoberta teria em todas as áreas do conhecimento humano.

Em sendo uma ou outra, de que maneira tentaríamos responder essa pergunta? Deveríamos adotar uma abordagem estritamente científica para tais questões? Existem fenômenos que indiquem uma possível sobrevivência após a morte? São eles passíveis de observações e inferências lógicas?

Acreditamos que a ciência já evoluiu o suficiente e detém um método, que mesmo não sendo infalível, é o que nos permite chegarmos mais próximos da ‘realidade’ ou da ‘verdade’. Esse método, chamado método experimental, deve armar-se ou adaptar-se, naturalmente, ao objeto de análise sobre o qual se debruçará, ou seja, a alma ou cons-

ciência. Mas sobre esse tipo de pesquisa, a Ciência, tem se mostrado omissa (resta nos perguntar por quê?) e somos forçados a concordar com Sommer quando ele diz:

“Se nós compararmos a quantidade de pesquisas sobre as questões relacionadas com a vida após a morte com qualquer outro assunto, nós concluiremos que algo está muito errado. Não precisa ser um gênio filosófico para descobrir um genuíno escândalo público de negligência em assuntos relativos à morte.” (SOMMER, 1999)

A despeito dessa omissão, vários pesquisadores, entre eles citamos as pesquisas recentes do Prof. Ian Stevenson da Universidade da Virgínia, vêm, nos últimos 150 anos, se debruçando sobre essa questão. Muitos deles com trabalhos e resultados de muito boa qualidade. A nosso ver, negar a priori ou ignorar essas pesquisas é adotar um espírito anti-científico. Cientistas, filósofos, religiosos interessados, pois, nessa questão deveriam abster-se do espírito de sistema e tentar estudar e pesquisar de maneira isenta esses relatos, experiências e pesquisas. Adverte-nos Kardec, pesquisador do assunto:

“...os conhecimentos que esse ensino comporta são por demais profundos e extensos para serem adquiridos de qualquer modo, que não por um estudo sério e perseverante, feito no silêncio e no recolhimento; porque só dentro desta condição se pode observar um número infinito de fatos e nuances que passam despercebidos ao observador superficial, e que permitem firmar opinião.” (KARDEC, 2002 : 28)

Se, para adquirirmos a ciência da medicina, precisamos de 6 anos de estudo contínuo, necessitando do auxílio de várias disciplinas, métodos e sujeitos, e uma vida inteira de prática, seríamos, então, ingênuos para acreditar que bastaria ler um artigo, um livro ou fazer um único experimento para respondermos à pergunta que mais tem inquietado a humanidade: sobrevivemos ou não à morte biológica?

Fica lançado, pois, o desafio, a você leitor.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro. 1ª ed., 2003.
- ARIÈS, Philippe. *O Homem perante a morte*, Vol. I e II. Lisboa: Publicações Europa-América, 2ª ed., 2000.
- BECKER, Ernest. *A negação da Morte*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- BUSSOLA, C. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Loyola. 7ª ed., 2000.
- DESPELDER, LA & STRICKLAND, AL. *The Last Dance-Encountering Death and Dying*. New York: McGraw-Hill Higher Education, 6ª ed., 2001.
- KARDEC, Allan. *O Céu e o Inferno ou a Justiça Divina Segundo o Espiritismo*. São Paulo: Lake, 10ª ed. 2002.
- KARDEC, Allan. *Obras Póstumas*. São Paulo: Lake, 10ª ed. 2002.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. São Paulo: Lake, 63ª ed. 2002.
- KASTENBAUM, Robert & AISENBERG, Ruth. *Psicologia da Morte*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1ª ed. 1983.
- KRAMER, Kenneth. *The Sacred art of dying-How world religions understand death*. New York: Paulist Press, 1ª ed. 1988.
- MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2ª edição. 1988.
- PIRES, JH. *Educação para a Morte*. São Bernardo do Campo: Correio Fraternal do ABC. 5ª ed. 1996.
- PIRES, JH. *O mistério do Ser ante a dor e a morte*. São Paulo: Paidéia. 3ª ed. 1996.
- PLATÃO. *Fédon-Diálogo sobre a alma e morte de Sócrates*. São Paulo: Martin Claret. 1ª ed. 2004.
- SOMMERS, Andréas. *Human Nature*. Vol. 1, N.1: 1999.
- STEVENSON, Ian. *Where Reincarnation and Biology intersect*. London: Praeger, 1ª ed. 1997.
- LOBO, RH. *O Ser e o Tempo*. An. Filos. São João del-Rei, n. 10. 2003:269-292